



Empreendedorismo Social e a Democratização do Acesso à Informação

ENTRE O ACESSO E A EXCLUSÃO: DESAFIOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS

ACCESS AND EXCLUSION: CHALLENGES TO DEMOCRATIZING INFORMATION IN SOCIAL MOVEMENT ARCHIVES

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir como, mesmo em iniciativas voltadas à organização e disponibilização de acervos, podem ser reproduzidas práticas de exclusão e invisibilização de determinados grupos sociais, comprometendo os princípios da democratização da informação. A reflexão parte do projeto de digitalização e organização do acervo da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Brasil). A análise evidencia que a simples digitalização e disponibilização em plataformas digitais não garantem o efetivo acesso à informação, considerando as barreiras sociais, culturais e linguísticas enfrentadas por determinados grupos. Assim, destaca-se a necessidade de que os arquivistas repensem suas práticas, buscando promover ações que efetivamente atendam à diversidade dos perfis dos usuários da informação.

Palavras-Chave: Democratização da informação; Mediação; Arquivos de movimentos sociais.

Abstract: This article aims to discuss how, even in initiatives focused on the organization and dissemination of archival collections, practices of exclusion and invisibilization of certain social groups can be reproduced, thereby compromising the principles of information democratization. The reflection is based on the digitization and organization project of the archive of the National Federation of Domestic Workers (Brazil). The analysis highlights that mere digitization and online availability do not guarantee effective access to information, considering the social, cultural, and linguistic barriers faced by certain groups. Thus, it underscores the need for archivists to rethink their practices, seeking to promote actions that effectively address the diversity of information users' profiles.

Keywords: Information democratization; Mediation; Social movement archives.

1 INTRODUÇÃO

A democratização da informação constitui um dos pilares fundamentais para a consolidação de sociedades mais justas, transparentes e participativas. Nesse contexto, as





III ENCONTRO INTERNACIONAL DE Arquivos, Bibliotecas e Museus "Empreendedorismo e Soluções de Futuro"

09, 10 e 11 de Setembro de 2025

áreas da Arquivologia, da Museologia e da Biblioteconomia desempenham um papel estratégico, ao proporcionarem a organização, preservação e mediação da informação com vistas a seu acesso e uso social. Entretanto, muitas vezes nós, profissionais da informação, concentramos nossos esforços na organização e disponibilização de acervos, sem refletir profundamente sobre quem são, de fato, os sujeitos da informação e como podem ter perfis e necessidades distintas. Em um cenário marcado por desigualdades estruturais e barreiras informacionais, refletir criticamente sobre os usuários e os mecanismos de acesso torna-se essencial para fortalecer a cidadania e ampliar a inclusão informacional.

Tornar documentos acessíveis em plataformas digitais é suficiente para garantir a democratização da informação? Será que todos têm, de forma equânime, condições de acessar e compreender os conteúdos disponibilizados? Essas inquietações emergiram a partir de diálogos com custodiadoras, em Salvador, de parte do acervo da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas do Brasil (FENATRAD) — uma experiência que lança luz sobre os limites e as potências do acesso informacional em contextos marcados por lutas sociais e invisibilizações históricas.

Em 2020, uma pesquisadora norte-americana, ao buscar informações para o desenvolvimento de sua tese de doutorado, entrou em contato com a FENATRAD para consultar o acervo arquivístico da referida instituição. Na ocasião, constatou-se que os documentos se encontravam sem identificação, organização ou condições adequadas de guarda. Além disso, o acervo estava fisicamente fragmentado entre as cidades de Salvador-BA, Recife-PE e Campinas-SP, o que impunha a necessidade de deslocamentos onerosos para consulta, comprometendo o acesso pleno à informação.

Desse modo, reconhecendo a relevância da FENATRAD enquanto agente fundamental na ressignificação da memória social e na luta histórica das trabalhadoras domésticas por dignidade e condições justas de trabalho, a referida pesquisadora elaborou um projeto institucional, submetido à Universidade da Califórnia (UCLA), visando à captação de recursos para a identificação, ordenação e digitalização do acervo. Ao final do projeto,

Gestão:





todo o acervo estará disponível *online*, por meio do site da instituição financiadora, com o objetivo de garantir a salvaguarda da documentação e ampliar o acesso público à memória dessa categoria. Cabe ressaltar que o acervo físico será reunido em Brasília, sede oficial da entidade.

Diante desse contexto, é importante destacar que a plataforma utilizada pela UCLA está em inglês e que as domésticas sindicalizadas, em sua maioria, possuem baixa escolaridade e pouca familiaridade com ferramentas digitais, dito isto, como elas terão acesso à informação? O fato é que em nenhum momento os usuários internos foram, efetivamente, pensados no processo, porque está disponível não significa que está acessível. Dessa forma, percebemos a reprodução da invisibilidade dessa classe, já que as ações foram pensadas para letrados, estudantes e pesquisadores, ignorando as necessidades de informação das sindicalizadas. A partir disso, este artigo tem como objetivo discutir como, mesmo em iniciativas voltadas à organização e disponibilização de acervos, podem ser reproduzidas práticas de exclusão e invisibilização de determinados grupos sociais, comprometendo os princípios da democratização da informação.

Para isso, utilizamos como procedimentos metodológicos a abordagem qualitativa, com estudo de caso, tendo como objeto o processo de organização e disponibilização do acervo da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas do Brasil (FENATRAD). Optamos ainda pela observação, o diálogo informal com custodiadoras e lideranças sindicais, além da revisão de literatura nas áreas de Arquivologia, Ciência da Informação e dos estudos sobre democratização do acesso à informação.

2 REFLEXÕES EM TORNO DA A DEMOCRATIZAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A informação é um recurso essencial no fortalecimento da cidadania, do exercício da democracia e da construção de identidades. Nesse sentido, ela se constitui como um direito fundamental, prevista na Constituição Brasileira, especificamente no artigo 5º, inciso XXXIII. No campo da Ciência da Informação, esse direito é compreendido de forma abrangente,





III ENCONTRO INTERNACIONAL DE Arquivos, Bibliotecas e Museus "Empreendedorismo e Soluções de Futuro"

09, 10 e 11 de Setembro de 2025

envolvendo inclusive a dimensão da justiça social, assim, a informação é reconhecida não apenas como um bem simbólico, mas como instrumento de transformação das realidades sociais.

No entanto, o efetivo exercício desse direito depende de fatores que vão além da existência de dispositivos legais ou da disponibilização de conteúdos: é necessário garantir que a informação seja acessível, compreensível e significativa para os diferentes grupos sociais. Nesse contexto, a Arquivologia assume um papel estratégico ao atuar na preservação e organização dos documentos que registram direitos, trajetórias e memórias, ao mesmo tempo em que deve promover práticas de mediação e inclusão informacional que assegurem o uso equitativo desses registros por toda a sociedade. Assim, refletir sobre quem tem acesso à informação e como esse acesso ocorre é fundamental para que não se reforce, sob a aparência da neutralidade técnica, processos de exclusão e invisibilização histórica.

Duff (2016) pondera que esse cenário decorre da ausência da mediação na prática arquivística. Essa prática discursiva é comum na Ciência da Informação e na Biblioteconomia, contudo, na Arquivologia brasileira essas reflexões ainda são tímidas, conforme destaca Santos Neto e Bortolin (2019). Ampliando essa discussão, os autores sugerem:

Mesmo que o número de pesquisas a respeito de mediação nos arquivos seja ínfimo em terras brasileiras, é ético afirmar que talvez os arquivistas estejam realizando ações nesse sentido, mas não as fazem com regularidade e/ou não as socializam em canais de comunicação de pesquisa científica. Outra possibilidade é a visão elitista e equivocada que paira em torno do arquivo, visto que os arquivos estão premidos entre dois extremos: de um lado, a cultura para o usuário erudito e o cientista; de outro, a cultura para todos, pois, ao se priorizar apenas um grupo de usuários, elitiza-se o acesso ao arquivo. (Neto; Bortolin, 2019, p.4)

Desse modo, inferir que todos os brasileiros têm acesso igualmente à informação, mesmo que ela esteja acessível em plataformas digitais é uma utopia. Tal suposição ignora que o acesso à informação está intrinsecamente atravessado por relações de poder, como





III ENCONTRO INTERNACIONAL DE Arquivos, Bibliotecas e Museus "Empreendedorismo e Soluções de Futuro"

09, 10 e 11 de Setembro de 2025

bem apontado por Michel Foucault (2007). Para o autor, o poder não se localiza em uma instância única, mas se exerce em rede, por meio de práticas, saberes e discursos que produzem hierarquias e desigualdades. Assim, o simples ato de disponibilizar documentos não neutraliza as estruturas de exclusão que delimitam quem pode acessar, compreender e se apropriar da informação. A materialidade do acesso continua sendo mediada por condições sociais, culturais e econômicas que mantêm determinados grupos à margem do direito à memória e à informação, mesmo quando a informação está, tecnicamente, acessível.

Essa dinâmica torna-se evidente no caso do projeto *Historical Memory of the Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas do Brasil* financiada pela Universidade da Califórnia (UCLA), por meio do *Modern Endangered Archives Program*. O desenvolvimento do projeto segue regras de organização e reprodução estabelecidas pela entidade financiadora, para tanto, na execução das atividades, algumas sindicalizadas foram contratadas para contribuir no processo sob coordenação de profissionais arquivistas.

O fato é que embora o processo de organização, digitalização e disponibilização dos documentos represente um avanço significativo na preservação da memória dessa categoria, e embora algumas trabalhadoras tenham participado do desenvolvimento das atividades, as barreiras informacionais persistem, já que o meio onde as informações serão disponibilizadas não consideraram, de forma ampla, as condições materiais, linguísticas e socioculturais das principais sujeitas produtoras dessa memória. A crítica foucaultiana se torna pertinente nesse contexto: o poder não se exerce apenas pela repressão, mas pela produção de discursos e visibilidades. Assim, a aparência de um acesso democrático pode mascarar mecanismos sutis de exclusão, mantendo as próprias protagonistas à margem do uso pleno da informação sobre a sua própria história.

Corroborando com Soares (2013, p. 87), “democratizar o acesso à informação é um grande desafio em meio a tantas barreiras”. Contudo, diante desse cenário, cabe aos arquivistas — enquanto profissionais responsáveis pela organização, preservação e difusão





III ENCONTRO INTERNACIONAL DE Arquivos, Bibliotecas e Museus "Empreendedorismo e Soluções de Futuro"

09, 10 e 11 de Setembro de 2025

da informação — a tarefa de refletirem criticamente sobre sua própria atuação e os efeitos sociais das escolhas técnicas. Longe de serem meros executores de procedimentos normativos, os arquivistas devem ocupar uma posição estratégica na mediação entre os acervos e a sociedade, e isso inclui, respeitar os diversos perfis dos usuários da informação.

Assim, é preciso compreender que as práticas arquivísticas são também práticas de poder (Tognoli; Rocha, 2021), e que a ideia de neutralidade pode, muitas vezes, operar como um instrumento de manutenção de exclusões históricas (Gilliland, 2011). O desafio está em assumir uma postura ética e socialmente engajada, que reconheça os diferentes repertórios informacionais dos sujeitos e proponha formas de acesso que dialoguem com suas realidades.

Discussões recentes apontam para uma ressignificação do poder do arquivo e de seus documentos enquanto partícipes na construção da memória, na prestação de contas e na promoção de justiça social. Essa última, tema crescente em pesquisas internacionais que vêm convocando arquivistas a adotarem uma missão social mais ativa ao receberem em seus arquivos documentos cujas vozes das minorias possam ser ouvidas (Tognoli; Rocha, p. 5, 2021).

A Arquivologia crítica surge como uma perspectiva teórica e prática que propõe a superação da neutralidade técnica tradicionalmente atribuída aos arquivos e aos profissionais da informação. Essa abordagem reconhece que os arquivos são construções sociais e que, historicamente, participaram de processos de silenciamento, apagamento e seletividade na constituição das memórias coletivas. Ao considerar os arquivos como espaços de disputa simbólica e política, a Arquivologia crítica reivindica um posicionamento ético dos arquivistas frente às desigualdades sociais e informacionais.

Essa perspectiva teórica ajuda e direciona o pensar arquivístico, contudo, é fundamental que essas reflexões também se concretizem no fazer cotidiano da profissão. Mais do que uma mudança discursiva, a Arquivologia crítica demanda uma prática comprometida com a inclusão, com o reconhecimento das múltiplas vozes sociais e com a construção de acessos que considerem as especificidades dos diferentes sujeitos da





informação. Para tanto, é necessário que os profissionais da área assumam uma postura ativa, consciente de que cada decisão técnica carrega implicações políticas e sociais, e sobretudo, que estejam abertos a mudar os caminhos quando perceberem que o rumo não está adequado. Essa escuta ativa, associada à disposição para revisar práticas e reorientar decisões, é parte essencial de um fazer arquivístico comprometido com a transformação social. Isso significa reconhecer que a técnica, por si só, não é neutra nem suficiente: ela deve estar em constante diálogo com os contextos sociais, históricos e humanos nos quais os acervos estão inseridos. Assim, consolidar uma Arquivologia que atue efetivamente em favor da democratização da informação exige não apenas o domínio metodológico, mas, sobretudo, sensibilidade ética, abertura à crítica e compromisso com a justiça informacional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão oriunda do desenvolvimento do projeto de organização e digitalização do acervo da FENATRAD evidencia que essas práticas isoladas não são suficientes para garantir o acesso pleno à informação. Embora a iniciativa represente um avanço na preservação da memória das trabalhadoras domésticas, persistem barreiras informacionais, linguísticas e socioculturais que comprometem o princípio da democratização da informação. Mesmo com a participação de algumas sindicalizadas no processo de organização, observa-se que as decisões técnicas priorizaram um público letrado e acadêmico, negligenciando os sujeitos produtores da memória. Apesar disso, não se pode generalizar que as todas as sindicalizadas da FENATRAD possuem baixa escolaridade e dificuldade com a língua inglesa, esta reflexão busca contemplar especialmente aquelas que não tiveram oportunidade de acesso pleno à educação formal e, por isso, enfrentarão maiores desafios para acessar a plataforma da UCLA.

Após a ponderação dessas barreiras, os arquivistas do projeto, em conjunto com as sindicalizadas, estão planejando ações de mediação que permitam o acesso e uso de forma





III ENCONTRO INTERNACIONAL DE Arquivos, Bibliotecas e Museus "Empreendedorismo e Soluções de Futuro"

09, 10 e 11 de Setembro de 2025

mais democrática, sendo as principais: a criação de instrumentos em língua portuguesa; distribuição de cópia dos arquivos à direção dos sindicatos em todo o país; e, criar um evento que explique a importância dos documentos como fonte de informação. Uma colaboradora do projeto também propôs um grupo de estudo contínuo com alguns documentos e livros do acervo da FENATRAD que tratem de temas pertinentes para a formação e desenvolvimento da consciência crítica do grupo.

Ao modo de um arremate, reforçamos que essa realidade denota a urgência de práticas arquivísticas que sejam verdadeiramente inclusivas, capazes de reconhecer e responder às diversidades dos sujeitos envolvidos, promovendo estratégias de mediação que efetivamente ampliem o acesso e a participação dessas trabalhadoras na construção e no usufruto de sua própria memória.

REFERÊNCIAS

Duff, W.M. Mediação arquivística. In: Eastwood, T.; Macneil, H.H. (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**, Belo Horizonte: UFMG, 2016. p.171-202.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007.

GILLILAND, A. Neutrality, social justice and the obligations of archival education and educators in the twenty-first century. **Archival Science**, [S.l.], v. 11, n. 3-4, 2011.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação no campo da Arquivologia. **TransInformação**, Campinas, v. 31, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/X9xTMN3DDwYCVRb3HfwwQb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jun. 2025.

SOARES, Ana Paula Alves. O valor da informação arquivística na sociedade do conhecimento: a linha tênue entre o estado e o cidadão. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 23, n. 47, 2013.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; ROCHA, Gustavo Maçulo de Queiróz. A justiça social na arquivologia: uma revisão de literatura. **Ágora: Arquivologia em debate**, v. 31, n. 63, 2021.

